

JANET MALCOLM

Anatomia de um julgamento

Ifigênia em Forest Hills

Tradução

Pedro Maia Soares

Entrevista com Janet Malcolm

Katie Roiphe (*The Paris
Review*)

JORNALISMO  LITERÁRIO
COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2011 by Janet Malcolm
Entrevista com Janet Malcolm (The Art of Nonfiction nº 4) publicada originalmente em
The Paris Review © 2011 by The Paris Review

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Titulo original

Iphigenia in Forest Hills: anatomy of a murder trial

Capa

João Baptista da Costa Aguiar

Preparação

Silvia Massimini Felix

Revisão

Carmen T. S. Costa

Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Malcolm, Janet

Anatomia de um julgamento : Ifigênia em Forest Hills / Janet Malcolm ; tradução Pedro Maia Soares ; entrevista com Janet Malcolm : Katie Roiphe. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

Titulo original: Iphigenia in Forest Hills : anatomy of a murder trial.

ISBN 978-85-359-2084-0

1. Assassinato – Nova York – Queens County 2. Assassino profissional – Nova York 3. Borukhova, Mazoltuv – Processos, litígios, etc. 4. Judeus Bukharan – Nova York 5. Malakov, Daniel – Morte e sepultamento 6. Mallayev, Mikhail – Processos, litígios, etc. 7. Queens (Nova York, N. Y.) 8. Reportagens investigativas. I. Roiphe, Katie. II. Titulo.

12-03060

CDD-070.449

Índice para catálogo sistemático:

1. Nova York : Crimes e julgamentos : Jornalismo
investigativo

070.449

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhidasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Anatomia de um julgamento	13
Entrevista com Janet Malcolm	169

1.

Por volta das três da tarde do dia 3 de março de 2009, na quinta semana do julgamento de Mazoltuv Borukhova — uma médica de 35 anos acusada de assassinar o marido —, o juiz voltou-se para o advogado da ré, Stephen Scaring, e fez uma pergunta *pro forma*: “Há algo mais, senhor Scaring?”. O julgamento estava perdendo força. Duas testemunhas de defesa haviam acabado de afirmar que Borukhova tinha um bom caráter, e esperava-se que o advogado encerrasse seus trabalhos com esse depoimento modesto e crível. Scaring respondeu, sem qualquer ênfase especial: “Sim, meritíssimo. Acho que a doutora Borukhova vai testemunhar em defesa própria”.

Não houve reação imediata na sala do tribunal meio vazia, no terceiro andar da Suprema Corte do Queens, em Kew Gardens. Somente depois que Borukhova caminhou até o banco das testemunhas e fez o juramento foi que se registrou o choque causado pelo anúncio de Scaring. A boca de um dos espectadores — a do irmão mais novo da vítima — se abriu, como que para representar por mímica o espanto que corria pela sala.

Borukhova ficara sentada à mesa da defesa durante o julgamento e as audiências que o precederam, fazendo anotações em um bloco de papel tamanho ofício, ocasionalmente erguendo a cabeça para sussurrar algo ao ouvido de Scaring ou trocar um rápido olhar com a mãe e as duas irmãs, que sempre sentavam na segunda fileira dos bancos para espectadores. Era uma mulher baixa e magra, de aparência peculiar. Seus traços eram delicados e a pele tinha uma palidez cinzenta. Nas audiências, vestia um paletó preto masculino e uma saia também preta que ia até o chão, e seus longos cabelos escuros e crespos caíam pelas costas, amarrados por um cordão vermelho. Parecia uma estudante revolucionária do século XIX. Para o julgamento propriamente dito (talvez por conselho de alguém), ela mudou o visual. Prendeu os cabelos e usou paletós de cores claras e saias longas estampadas. Parecia bonita e encantadora, mas subnutrida. Quando subiu ao banco das testemunhas, vestia um paletó branco.

Scaring, um homem alto e esguio de 68 anos, é um conceituado advogado criminalista de Long Island. É famoso por assumir casos que parecem impossíveis de ganhar — e vencê-los. Mas o caso Borukhova tinha uma dificuldade especial: ela não era a única no banco dos réus; estava sendo julgada com Mikhail Mallayev, o homem acusado de matar o marido para ela. Scaring, no entanto, não o representava; um advogado mais jovem chamado Michael Siff fora nomeado pelo tribunal para Mallayev, e Siff não tinha a mesma capacidade de realizar proezas impossíveis. Mallayev tinha grandes chances de ser condenado — havia fortes provas materiais e testemunhais contra ele — e, nesse caso, Borukhova teria de ser condenada também, pois havia uma conexão irrefutável entre os dois: o exame dos registros dos telefones celulares mostrara que, nas três semanas anteriores ao assassinato, eles haviam trocado 91 telefonemas.

Outro obstáculo no caminho de Scaring para salvar Borukhova da prisão perpétua era o promotor principal, Brad Leventhal, que não tem a experiência de Scaring — é vinte anos mais novo —, mas é um excelente advogado de tribunal. Ele é baixo e gordo, usa bigode, caminha com os movimentos rápidos e dardejantes de um garnisé e tem uma voz muito aguda, quase feminina, que em momentos de excitação chega ao falsete de um disco tocado na velocidade errada. Usa as mãos quando fala: às vezes esfrega uma na outra num gesto de expectativa, às vezes ergue os braços numa agitação impotente. Em seu traje de inverno — um sobretudo preto até as panturrilhas e um chapéu de feltro também preto — poderia ser confundido com um homem de negócios parisiense ou um psiquiatra búlgaro. No tribunal, em seu terno cinza com um alfinete da bandeira americana na lapela, e com seu sotaque do Queens, ele desempenha com perfeição o papel de promotor público assistente do distrito (ele é também chefe do Departamento de Homicídios da Polícia do Queens). A segunda cadeira da mesa da promotoria estava ocupada por Donna Aldea, uma bela e jovem promotora assistente com um sorriso abrasador e mente de aço, que vem da divisão de apelação. Leventhal contava com ela para apresentar argumentos jurídicos irresponsáveis perante o juiz.

2.

Em suas declarações iniciais, Leventhal, diante do júri e falando sem consultar anotações, montou a cena do assassinato — que ocorreu em 28 de outubro de 2007 — à maneira de um thriller antigo:

Era uma manhã de outono clara, ensolarada, revigorante, e naquela manhã revigorante um homem jovem, um jovem ortodontista que atendia pelo nome de Daniel Malakov, estava caminhando pela rua 64, no bairro de Forest Hills do condado de Queens, a poucos quilômetros de onde estamos agora. Com ele estava sua menininha, sua filha de quatro anos, Michelle.

Malakov, continuou Leventhal, havia deixado seu consultório, cheio de pacientes à espera, e fora levar a criança a um playground, a uma quadra de distância, para a visita de um dia da mãe, “sua ex-esposa” Mazoltuv Borukhova. Então, “enquanto Daniel estava do lado de fora do playground Annadale, a pouca distância da entrada para o parque, a poucos metros de onde estava

sua filhinha, este réu, Mikhail Mallayev, veio como que do nada. Na mão, trazia uma pistola carregada e pronta para ser usada”. Quando pronunciou as palavras “este réu”, Leventhal estendeu dramaticamente o braço e apontou no outro lado da sala para um homem atarracado na casa dos cinquenta anos, com barba grisalha e pesadas sobrelhas escuras, óculos de aros de metal e um solidéu, sentado impassivelmente à mesa da defesa. Leventhal passou a descrever como Mallayev atirara no peito e nas costas de Malakov, e, enquanto o ortodontista “jazia no chão morrendo, com o sangue que escorria de suas feridas e empapava sua roupa e se infiltrava no cimento, este homem, o réu, que acabou com a vida de Daniel, calma e friamente pegou a arma, enfiou-a no casaco, deu as costas e subiu a rua 64, na direção da rua 102, e fugiu do local”. Com as mãos estendidas e agitadas, Leventhal perguntou ao júri:

Por quê? Por que este réu ficaria à espera de uma vítima desprevenida e inocente? Um homem, provarei a vocês, que ele nem sequer conhecia pessoalmente. Por que ele ficaria à espera, com o mal em seu coração?

Leventhal respondeu à pergunta:

Porque foi contratado para fazê-lo. Foi pago para fazer isso. Ele é um assassino. Um assassino pago. Um executor. Um assassino de aluguel. A serviço de quem? Quem contrataria este homem, este réu, para matar a sangue-frio uma vítima inocente na presença de sua própria filha? Quem poderia ter sentimentos tão intensos em relação a Daniel Malakov que contrataria um assassino para acabar com a vida dele? Quem?

Leventhal caminhou em direção à mesa da defesa e, de novo, ergueu o braço e apontou — dessa vez para Borukhova. “Ela”,

Leventhal disse, com a voz chegando ao tom mais agudo. “A ré Mazoltuv Borukhova, ex-esposa de Daniel Malakov. A mulher com quem ele esteve envolvido em um processo de divórcio acalorado, contencioso e amargo durante anos.”

Leventhal falou por mais cinquenta minutos, com o encantamento de sua narrativa ocasionalmente rompido por objeções dos advogados oponentes, mas sempre restaurado pelo poder de sua exposição. A maioria das objeções foi rejeitada pelo juiz, que disse várias vezes ao júri: “O que eles dizem nas declarações iniciais não constitui prova”.

O que eles dizem nas declarações iniciais é decisivo, obviamente. Se entendermos que um julgamento é uma disputa entre narrativas concorrentes, podemos perceber a importância da primeira aparição dos narradores. A impressão que causam no júri é indelével. Um advogado que aborrece e irrita o júri durante seu discurso de abertura, não importa as provas que possa apresentar mais tarde, arrisca fatalmente sua defesa.

Leventhal foi seguido por Siff, que aborreceu e irritou o júri a tal ponto que um jurado jovem levantou a mão e pediu para ir ao banheiro. Siff, ingenuamente, começou elogiando Leventhal por seu desempenho: “Excelente apresentação do promotor. Excelente advogado de acusação”. E: “O senhor Leventhal fez um trabalho formidável. Estou sentado, olhando para minhas anotações, e fiquei impressionado com o fato de ele ter sido capaz de desfiar tudo aquilo sem um papel”. Siff continuou com um discurso confuso e cheio de meandros sobre a “presunção de inocência” em que “meu cliente está envolvido”, que só serviu para ressaltar a probabilidade de culpa de Mallayev. A segunda cadeira da defesa estava ocupada por Michael Anastasiou, um advogado afável e de modos corteses na sala de audiências, mas que participou minimamente do processo.

A má sorte de Scaring culminou com o sorteio de Robert Hanophy para juiz do caso. Não ocorreram muitas absolvições em julgamentos presididos por Hanophy. Em um artigo de 2005, um repórter do *Daily News* chamado Bob Port escreveu que Hanophy é conhecido como *Hang 'em* [Força neles] e “acredita-se que ele mandou para a prisão mais assassinos que qualquer outro juiz nos Estados Unidos”. “Não tenho outra coisa senão homicídios”, disse Hanophy a Port. “Isso é tudo o que julgo. Gosto do que faço. Adoro fazer isso.” Scaring pedira a Hanophy que se abstivesse do caso porque ele tinha um filho e uma filha que trabalhavam no escritório da Promotoria, o que o inclinaria a favor da acusação. Ele também pediu um julgamento separado para Borukhova. O juiz enforcador recusou os dois pedidos.

Hanophy é um homem de 74 anos, corpulento, com uma cabeça pequena e a maneira falsamente cordial que os pequenos tiranos americanos cultivam. De seu estrado, ele tem a visão de todo o tribunal e de cada espectador, bem como de todos os atores do drama que está sendo encenado sob sua direção. “Você aí de boné”, ele ergue a voz para falar com um espectador. “Tire isso. Não é permitido usar boné aqui.” Em 1997, Hanophy foi censurado pela Comissão de Conduta Judicial do Estado de Nova York por fazer “observações indignas, descorteses e depreciativas” e ser “mesquinho” e “injurioso” durante uma sentença. As observações não se dirigiam à acusada — uma patética jovem inglesa chamada Caroline Beale que dezoito meses antes havia matado o bebê a que dera à luz sozinha em um quarto de hotel de Manhattan —, mas à nação britânica.

Beale estava obviamente enlouquecida quando enfiou o recém-nascido em um saco plástico e depois tentou tirar o cadáver do país, escondido sob suas roupas. Mas, ao ser presa no aeroporto, ela não foi enviada para um hospital psiquiátrico. Foi acusada

de assassinato e mantida na prisão da ilha Rikers durante oito meses. A intervenção de um advogado irlandês-americano chamado Michael Dowd acabou finalmente com o calvário da garota louca. Dowd negociou um acordo pelo qual ela admitiria a culpa e receberia uma sentença de cinco anos em liberdade condicional, oito meses de prisão (já cumpridos) e um ano de tratamento psiquiátrico. Três dias antes da sentença, os pais de Beale manifestaram indignação quanto ao tratamento que a filha mentalmente doente recebera no país, chamando de “medieval” o sistema americano de justiça. Seus comentários foram amplamente divulgados pela imprensa. Na sentença, Hanophy contra-atacou — e meio que enlouqueceu. Ele leu uma declaração em que caracterizava o direito britânico como “primitivo e incivilizado”, pois “concede uma isenção geral de processo judicial ou punição para as pessoas que matam seus filhos, quando estes têm menos de um ano de idade”. Caracterizava a Inglaterra como “um grande país que condenou um número elevado de pessoas com base no falso depoimento de sua polícia, e permitiu que passassem quinze ou dezessete anos na prisão. Fizeram de tudo para que elas permanecessem lá, mesmo quando sabiam, ou deveriam saber, que o lugar delas não era aquele”. Essa declaração notável — que não tinha nada a ver com o caso Beale, e veio do fato de Hanophy ter visto o filme *Em nome do pai*, sobre a condenação injusta de três irlandeses e uma inglesa por um atentado terrorista — é um exemplo do que os juízes acham que podem fazer em suas salas de tribunal. O poder absoluto de que gozam corrói a falta de confiança em si mesmos de que dependemos para nos manter mais ou menos na linha. Hanophy ultrapassou demais os limites (ainda por cima, não resistiu a chamar o pai de Beale de “o sujeito que fala mais do que deve”), e levou uma reprimenda da Comissão de Conduta Judicial. Mas não há razão para pensar que as palavras duras dos

comissários tiveram algum efeito sobre o estilo de Hanophy no tribunal. Um documento de censura não tem consequências. O poder de Hanophy permanece inalterado e ele continua a exercê-lo com evidente prazer, e sem nenhum sinal de dúvida.